
Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos

Intervention-research and cartography: methodological issues

Simone Mainieri Paulon*

Professora do Mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

Roberta Carvalho Romagnoli**

Professora do Mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG, Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

A complexidade da realidade social, a pluralidade dos fenômenos subjetivos, a progressiva demanda de contribuição efetiva da academia com a vida cotidiana são indicadores da provisoriedade das respostas encontradas pela ciência. Nesse contexto, este trabalho apresenta um debate acerca das possíveis contribuições que as metodologias de pesquisa participativa trazem aos estudos da subjetividade, sustentando a argumentação contra os reducionismos do pensamento científico hegemônico na modernidade em três de seus mais ferrenhos críticos – o romancista Dostoiévski, o filósofo Nietzsche e o sociólogo René Lourau. Problematisa os limites que as pesquisas tradicionais oferecem à produção de conhecimentos para discutir algumas diferenças e aproximações entre a modalidade da pesquisa-intervenção e as abordagens cartográficas. Ao colocar problemas que buscam o coletivo de forças de cada situação investigada, essas abordagens alteram o modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo, abarcando a complexidade e a processualidade. O conhecimento emerge do plano de forças que compõe a realidade ora atuando para o estabelecido, ora operando agenciamentos produtivos que trazem o novo.

Palavras-chave: Metodologia de pesquisa, Cartografia, Pesquisa-intervenção, Complexidade, Subjetivação.

ABSTRACT

The complexity of social reality, the plurality of subjective phenomena, the increasing demand for an effective contribution from academia to daily life, are all factors which indicate that the answers from science are provisional. This work presents a debate on the possible contributions that participant research methodologies bring to studies on subjectivity, supporting the argument against reductionism of scientific thought hegemonic in modernity in three of its fiercest critics - Dostoiévski novelist, philosopher Nietzsche and the sociologist René Lourau. It problematises the limits of traditional research to the knowledge production and discusses differences and approximations between intervention research and cartography. Both approaches aim to investigate the collective of forces of each researched

situation and also change the way of conceiving the researcher and her encounter with the field. They can be considered devices that pursue the complexity and the process. In this perspective, knowledge emerges from the plane of forces that constitute reality, sometimes reinforcing the established and at other times favouring the happenings that bring the new.

Keywords: Research methodology, Cartography, Research-intervention, Complexity, Subjectivation.

Como? O objetivo último da ciência é proporcionar ao homem o máximo de prazer e o mínimo de desprazer possíveis? [...] Com a ciência pode-se realmente promover tanto um como o outro objetivo! Talvez ela seja agora mais conhecida por seu poder de tirar ao homem suas alegrias e torná-lo mais frio, mais estatuésco, mais estóico. Mas ela poderia se revelar ainda como a grande causadora de dor! – E então talvez se revelasse igualmente seu poder contrário, sua tremenda capacidade para fazer brilhar novas galáxias de alegria!

(NIETZSCHE, 1882/2001, 12, p.64)

A primazia da racionalidade em detrimento de outros modos de acesso ao conhecimento surge como efeito de um momento da história em que a migração do pólo religião para o pólo razão testemunhava o avanço progressivo da ação do homem sobre a natureza. Nesse deslocamento, a criação humana da ciência – determinista e matematizada – apropria-se, de certa maneira, do lugar de Deus.

Conhecer e pesquisar, a partir da modernidade, passa a ser associado às abordagens empíricas que pudessem ser traduzidas em experimentos científicos objetivos e generalizáveis. A Psicologia surge, ao final do século XIX, entre as ciências humanas herdeiras dessa tradição, sustentáculo da vida moderna, que justifica a primazia do método experimental, então constituído como padrão de pesquisa científica.

A 2ª metade do séc. XX, entretanto, vai provocar profundas rupturas nesta forma hegemônica de ver o mundo. Entre as vertentes que contribuem para a crítica ao cientificismo positivista, estão a Fenomenologia e o Existencialismo com as quais as categorias da consciência e da subjetividade passam a compor a produção das ciências humanas. As abordagens de base materialista-dialética, propondo-se a abarcar o conhecimento como fruto das multideterminações sociais, trazem, também sua forte crítica à neutralidade científica. A pesquisa-ação emerge daí, como uma terceira alternativa frente à pesquisa experimental e à pesquisa

fenomenológica, associando cientificidade à práxis político-social. Estava inaugurada, dessa maneira, a era das pesquisas qualitativas que visam o aprofundamento no mundo dos significados das ações e das relações humanas.

Embora revolucionárias em relação às pesquisas quantitativas e experimentais, a pesquisa fenomenológica e a pesquisa-ação (observando, é claro, as devidas diferenças epistemológicas) se fundamentam ainda no paradigma moderno, que concebe o método científico como um instrumento por excelência para a explicitação das verdades do mundo. Mas aí caberia o alerta nietzscheano: "O homem da ciência está longe de ser um espírito livre. Além de renunciar às crenças religiosas, é preciso abandonar a crença na verdade. Não se pode encerrar a liberdade de espírito no círculo vicioso da moral." (MARTON, 1983, p. 56).

Lançando-nos, então, ao desafio do filósofo, o propósito deste artigo é a problematização de algumas das metodologias de pesquisa que criticam o estatuto de cientificidade erigido na modernidade, em busca de novos instrumentais científicos que permitam acompanhar a complexidade e a processualidade dos processos de subjetivação tais como se apresentam na atualidade. Pretende-se, portanto, perseguir a pretensiosa formulação de uma ciência capaz de "fazer brilhar novas galáxias de alegria".

Realidade, contemporaneidade e a questão da complexidade

[...] então, dizeis, a própria ciência há de ensinar ao homem [...] que, na realidade, ele não tem vontades, ou caprichos, e que nunca os teve, e que ele próprio não passa de uma tecla de piano, de um pedal de órgão; e que, antes de mais nada existem no mundo as leis da natureza, de modo que tudo que ele faz não acontece por sua vontade, mas espontaneamente, de acordo com as leis da natureza. Consequentemente, basta descobrir essas leis, e o homem não responderá mais pelas suas ações, e sua vida se tornará extremamente fácil. Todos os atos humanos serão calculados, está claro de acordo com essas leis, matematicamente, como uma espécie de tábua de logaritmos, até o centésimo milésimo, e registrados no calendário; ou melhor, ainda, aparecerão algumas edições bem intencionadas, parecidas com os atuais dicionários enciclopédicos, nas quais tudo estará calculado e especificado com tamanha exatidão que no mundo não existirão mais aventuras, nem mesmo mais ações. (DOSTOIÉVSKI, 1864/2000, p. 37)

A ironia de Dostoiévski (1864/2000), retirada de seu livro *Memórias do Subsolo*, anunciava que o preço a pagar pela promessa de "tornar a vida extremamente fácil" perseguindo as leis da natureza seria

descharacterizarmos a aventura humana, que não cabe na previsibilidade de uma tecla de piano. O romancista russo, antecipava, assim em quase dois séculos, a crítica atual de que a pesquisa científica no paradigma moderno buscava abarcar de forma, pode-se dizer, arrogante, a totalidade do mundo (VEIGA-NETO, 2002).

Também Nietzsche, afirmando-se aprendiz da profunda psicologia de Dostoiévski¹, dedicou boa parte de sua vasta obra à denúncia da ilusão científica, nos moldes em que ele a veria se anunciar como valorosa aliada do ideal ascético. Entre as razões enumeradas para assim considerá-la, no aforismo 37 da *Gaia Ciência* (1882/2001, p. 82), Nietzsche associa a absoluta necessidade de conhecimento à íntima ligação entre moral, ciência e felicidade: “[...] em parte porque na ciência pensava-se ter e amar algo desinteressado, inócuo, bastante a si mesmo, verdadeiramente inocente, no qual os impulsos maus dos homens não teriam participação”.

Vale lembrar que o campo da Psicologia não ficou ileso a esta promessa das ciências emergentes e sua tão sedutora ilusão. Mantém-se, para os seguidores da vontade de verdade, uma grande mitificação da racionalidade, seja de maneira estritamente objetiva, como nas pesquisas experimentais; seja pela consciência que persegue certa essência, como nas pesquisas fenomenológicas; seja pelo conhecimento das multideterminações sociais, para se chegar à desalienação, como na pesquisa-ação. Guardadas as devidas diferenças, que não são poucas, essas vertentes de pesquisas buscam a explicitação de verdades acerca do seu objeto de estudo, embora operem, de fato, diferentes recortes acerca da realidade sobre a qual se debruçam e produzam diversos reducionismos justificados pela corrente teórica e metodológica em que se amparam.

Durante muito tempo as pesquisas baseadas nos pressupostos da racionalidade científica fundamentaram a produção de conhecimento em nosso país – o que, em parte, justifica que, ainda hoje, as metodologias que se enquadrem nesse paradigma sejam a forma dominante de figurar no cenário acadêmico. Pesquisas conduzidas nessa lógica, de maneira geral, enfatizam a dissociação da produção de conhecimento com a realidade, a separação do sujeito e do objeto, a negação da complexidade e a necessidade de prover em primeiro plano o espaço acadêmico com seus produtos intelectuais.

Em livro não tão recente, tendo em vista que a primeira edição data de 1987, Santos (2002) já assinalava a crise da ciência moderna, com questionamentos acerca das suas reais virtudes e do valor do conhecimento para dar sentido ao nosso exercício profissional. Denunciando o fim de um ciclo de hegemonia dessa ordem científica, o referido autor demonstra forte preocupação com a contribuição efetiva da produção científica para a construção de uma sociedade

melhor. Como sociólogo, defende a tese de que estarmos vivendo uma fase de transição e afirma:

Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (SANTOS, 2002, p. 37)

Tratar de “uma vida decente” é também tratar da complexidade da realidade para, de fato, tentar abarcar a vida, o cotidiano, contribuindo não só para prover a produção acadêmica, mas, sobretudo, para promover práticas reais que se amparem em uma ciência a fim de ampliar as possibilidades de vida. A lógica reducionista do paradigma moderno, que sustenta a forma ainda dominante de fazer pesquisa, é chamada por Morin (1983) de paradigma da simplificação, uma vez que opera por disjunção e redução, gerando uma leitura da realidade ordenada e simplificada. Nessa lógica, a realidade é apreendida de forma fragmentada e, por uma operação de disjunção, objeto e meio são separados resultando na divisão do que vai ser estudado em categorias e disciplinas que não interagem entre si. Presenciamos, ainda na mesma perspectiva científica, a redução do complexo ao simples, com o que se chega a uma unificação abstrata que anula a diversidade. Tanto a disjunção quanto a redução afastam do campo de pesquisa a complexidade que, efetivamente, faz parte de toda e qualquer realidade.

A aproximação à realidade complexa implica uma abordagem não-dualista, que rejeita as usuais dissociações natureza/cultura, objetivo/subjetivo e questiona as metodologias tradicionais. Ao insistir, também, na produção de um conhecimento local e transitório, reconhece a necessidade de uma pluralidade metodológica. Ou seja, a complexidade é um desafio, que considera o irreduzível, o não homogêneo e a imperfeição, conhecendo a realidade através das incertezas, dos problemas e das contradições. Importa destacar que a complexidade, no sentido que aqui lhe é atribuído, não se confunde com a conotação leiga do termo entendido como algo incompreensível, complicado, mas sim apreendido como algo que não se reduz a unidades simplistas de explicação. A investigação de um fenômeno complexo como o da subjetividade, requer, portanto, olhares plurais. Como enfatizado por Passos e Benevides de Barros (2003, p.83):

[...] se estamos de acordo com o fato de que os recortes binarizantes e excludentes operados pelos paradigmas das ciências, construídos nos últimos séculos, já não bastam para que possamos investigar/criar o mundo, impõe-se a

construção de outra postura, um modo de operar sobre/com as práticas.

Se estamos, portanto, de acordo com as compreensões até aqui percorridas de que a ciência contemporânea encontra-se frente ao desafio de lidar com uma realidade que já não cabe nas simplificações racionais da modernidade, havemos também de concordar com o romancista russo quando fala da impossibilidade de apreendermos a complexidade da vida de forma puramente racional:

Pensai no seguinte: a razão, meus senhores, é coisa boa, não há dúvida, mas a razão é só razão, e satisfaz apenas a capacidade racional do homem, enquanto o ato de querer constitui a manifestação de toda a vida, isto é, de toda a vida humana, com a razão e com todo o coçar-se. E embora a nossa vida, nessa manifestação, resulte muitas vezes de algo ignóbil, é sempre a vida, e não a extração da raiz quadrada. Eu, por exemplo: quero viver, muito naturalmente, para satisfazer toda a minha capacidade vital e não apenas a minha capacidade racional, isto é, algo como a vigésima parte da minha capacidade de viver. (DOSTOIÉVSKI, 1864/2000, p. 41)

Correndo o risco de não encontrarmos “orelhas suficientemente pequenas”, como profetizou Zaratustra (NIETZSCHE, 1983), para escutar a delicadeza desta compreensão da subjetividade que o romance de Dostoiévski (1864/2000) nos lega, apostamos na possibilidade de construirmos estratégias de pesquisa que acompanhem os movimentos do desejo – “a manifestação de toda a vida” – como citado acima, e não se contentem com meras operações equivalentes à extração de raízes quadradas, ou a redução da realidade a verdades e certezas.

Teremos como fazê-lo? Como sustentar com rigor metodológico investigações que operam no plano das intensidades? De outra forma, não se trata de levantar dados objetivos e analisá-los meramente como tais, e tampouco da cisão teoria–prática, sujeito–objeto, pesquisador–pesquisado, mas de debruçarmo-nos sobre a complexidade da vida humana, quais as estratégias metodológicas que podem dar conta da pluralidade, mutabilidade desta estética da existência? Esta é a questão que a partir de agora interessa-nos perseguir.

Pesquisa-intervenção: complexidade e subjetivação

A história e as ciências naturais foram úteis para vencer a Idade Média: o saber contra a crença. Agora lançamos a arte contra o saber: o retorno à vida! (NIETZSCHE, 1987, p. 11).

A investigação da totalidade inviolável da vida, em sua complexidade, não se caracteriza como uma tarefa simples. Mas quem haveria em sã consciência de questionar a sabedoria matemática contida na exatidão das leis da natureza, que tão complacente se dispõe a nossa investigação? Ou o formalismo metodológico instaurado pela ciência moderna calcado na neutralidade e na objetividade? Quem ousaria burlar a grade homogeneizante da verdade científica? Em sã consciência ninguém! É justo este o ponto que pode interessar às ciências que tenham por foco processos de subjetivação, que visem rastrear a singularização. E fica ainda a questão: o que interessaria à pesquisa em psicologia seria sempre e tão-somente aquilo que nossa “sã consciência” puder apreender?

Ainda que fosse, se reduzíssemos toda nossa existência àquilo que Nietzsche (1983) denominou de nossa “pequena razão”, ainda restaria a pergunta: então para que pesquisar? Qual o compromisso ético de uma proposição científica que promete o desvelamento absoluto das aventuras humanas ao limite de podermos prescindir da ação?

Neste ponto é notável a inspiração do filósofo novamente nas idéias do seu “professor de psicologia” criticando “a crença dos cientistas naturais materialistas” num mundo da verdade que encontre “equivalência e medida em humanos conceitos de valor” (NIETZSCHE, 1882/2001, 373, p. 277). A ácida ironia desse aforismo dirige-se diretamente aos pesquisadores crentes num mundo

[...] a que pudéssemos definitivamente aceder com a ajuda de nossa pequena e quadrada razão – como? Queremos de fato permitir que a existência nos seja de tal forma degradada a mero exercício de contador e ocupação doméstica de matemáticos? Acima de tudo não devemos querer despojá-la de seu caráter polissêmico: é o bom gosto que o requer, meus senhores, o gosto da reverência ante tudo o que vai além de seu horizonte!”

O que se apresenta a partir deste argumento, então, como problema para esses “investigadores da alma ao microscópio” (1887/1998, p.18) como o filósofo referiu os psicólogos, não é mais como dissecar as leis universalizantes que os processos subjetivos possam evidenciar, mas sim como acompanhar a processualidade que os caracterizam. Trata-se, pois, de inclinarmos-nos sobre a micropolítica de intervenções que, concebida de forma indissociável da política da qual resulta e sobre a qual quer incidir, carrega consigo sempre certa dimensão da clínica – *klinamen* – de produção, pois opera desvios num plano que é sempre do coletivo, porque da ordem da subjetivação.

Inclinações no olhar de pesquisa é o tema que a partir daqui se coloca para discussão. Afinal, queremos trabalhar com processos

subjetivos que compreendam as mutabilidades do desejo é um movimento, lograrmos estratégias que acompanhem nossos desejos de investigação é outro. Para pensarmos, então, que estratégias podem acompanhar nossos desejos científicos de produzirmos desvios na “realidade dada”, posta pelas leis da natureza, evocamos René Lourau, na defesa de uma pesquisa implicada. Para “sermos um pouco mais científicos” já que a “[...] neutralidade axiológica, a decantada ‘objetividade’, não existe” (LOURAU, 1993, p. 16), o autor afirma ainda que é necessário “[...] mostra[r] as implicações do pesquisador em situação de pesquisa como o essencial do trabalho científico (mesmo tais implicações sendo negadas)” (LOURAU, 1993, p. 16). Com isto, o sociólogo nos ajuda a responder uma pergunta com que temos nos deparado constantemente nos meios acadêmicos: por que intervir?

Parece-nos que “[...] o escândalo da implicação” que o teórico situa “[...] no prolongamento do escândalo psicanalítico” (LOURAU, 1993, p. 10), justamente por questionar a clássica polarização sujeito–objeto mantida mesmo entre as pesquisas participantes, oferece-nos uma resposta um tanto quanto simples. Ao pesquisador que conceba a subjetividade à luz de um paradigma ético-estético, que se proponha a observar os efeitos dos processos de subjetivação de forma a singularizar as experiências humanas e não a generalizá-las, que tenha compromisso social e político com o que a realidade com a qual trabalha demanda de seu trabalho científico, não é dada outra perspectiva de investigação que não a pesquisa-intervenção.

Para pensar a pesquisa-intervenção atrelada a processos de subjetivação e desterritorialização que conduzem ao novo, é necessário se desvencilhar das concepções disjuntivas e reducionistas colocadas no início deste texto, associadas ao paradigma da simplificação (MORIN, 1983). A cientificidade, nessa nova proposta, tenta abarcar a complexidade, e se efetua na sustentação dos planos de análise que compõem a realidade, nos jogos de forças que atravessam nós mesmos, pesquisadores, nossos objetos de estudos, as instituições, o campo do social, os quais são percorridos, transversalizados por forças de produção, reprodução e anti-produção, moleculares e molares. Estamos, pois adentrando uma concepção de ciência que em muito se distancia das fórmulas mecanicistas que o século das luzes fez afirmar como ciência por excelência. Uma concepção de ciência a qual Nietzsche atribui a decadência da civilização, na ilusão moderna que os pesquisadores criam para si em nome do instinto do conhecimento, expressão niilista da vontade de nada:

Que a única interpretação justificável do mundo seja aquela em que *vocês* são justificados, na qual se pode pesquisar e continuar trabalhando cientificamente no *seu* sentido [-

querem dizer, realmente, de modo mecanicista?] uma tal que admite contar, calcular, pesar, ver, pegar e não mais que isso, é uma crueza e uma ingenuidade, dado que não seja doença mental, idiotismo. (NIETZSCHE, 1882/2001, 373, p. 277)

Um projeto científico que perseguisse o itinerário nietzscheano propor-se-ia justamente a inverter o percurso da doença civilizatória que ele identifica no exagero do valor da verdade, “patologia crônica da ciência”. E neste aspecto parece que as dicas metodológicas que o filósofo nos deixaria no final do século XIX fariam eco nas teorias da implicação que os institucionalistas resgatariam em meados do século XX. “Não seria antes provável que justamente o que é mais superficial e exterior na existência – o que ela tem de mais aparente, sua sensualização, sua pele – fosse a primeira a se deixar apreender? Ou talvez a única coisa?” (idem)

Tal projeto implicaria, portanto, uma indissociabilidade entre quem se propõe a conhecer e quem é conhecido, cujo resultado é uma co-produção/transformação de ambos. Nesta perspectiva, sujeito e objeto se engendram na pesquisa, se agenciam, se inventam em cada pesquisar. Novas galáxias de alegria podem, quem sabe, aí se engendrar!

Ampliando a crítica à racionalidade moderna na esteira da filosofia trágica difundida por Nietzsche, Deleuze e Guattari, no platô “Micropolítica e Segmentaridade” (1996), afirmam que toda realidade, incluindo a subjetividade, é atravessada por segmentaridades molares e moleculares, cuja diferença não se dá pelas dimensões de tamanho, mas, sobretudo, pelo funcionamento qualitativo. Ou seja, o molar atua sobrecodificando, segmentando a processualidade do campo social em determinada representação, em certo reducionismo classificatório. O molecular, por outro lado, propicia o escape aos códigos, o irromper do intensivo que desterritorializa, embora contenha cada vez mais microfascismos, segmentações finas que sustentam o molar, principalmente na forma atual de gerência da subjetividade. Nesse sentido, as formas atuais de poder se molecularizam, refinam-se os mecanismos de produção de subjetividade, em sua dimensão biopolítica, sobretudo em uma sociedade globalizada e *mass*-midiática, em que a reprodução de modos de existência torna-se uma constante. Sem dúvida, tamanha fluidez e circulação de redes de informações, de imagens, de serviços na sociedade contemporânea afetam a subjetividade, que se direciona a repetir, a imitar, mas também podem gerar processos positivos e singularizantes (ROMAGNOLI, 2007). Esse é um aspecto essencial do molecular: fazer emergir o poder-potência, a resistência afirmativa através do acontecimento.

Teríamos aí o plano que compõe o cotidiano do pesquisador em processo de investigação-intervenção: o plano dos segmentos, estratos, que estancam a circulação da vida e operam cortes e recortes que constituem a forma como a realidade se apresenta. O instituído se manifesta nas linhas duras das relações, na demanda de regulamentos, nos mecanismos de atuar a reprodução do mesmo e resistir à emergência do novo. Mas as instituições são também constituídas pelo plano dos fluxos, por linhas de fuga heterogêneas que afetam, desestabilizam, agenciam com vários elementos e transgridem, desviam o que está estabelecido. Esses planos não são contraditórios, como a visão dialética os entendia. Não se colocam em movimentos de afirmação e negação, mas coexistem e podem aflorar em contingências distintas, nos encontros efetuados no dia-a-dia, nas orientações, nas assembléias, nas entrevistas.

Os segmentos têm como objetivo estabelecer métodos de hierarquização e de organização. "Somos segmentarizados por todos os lados em todas as direções" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 83). E não seria diferente no universo de uma pesquisa. Mas, de onde emerge o conhecimento em meio a forças reprodutivas e estanques? Emerge das fissuras no segmento que permitem inventar, que possibilitam a formação de linhas de fugas moleculares invisíveis, que podem passar para o molar, para o visível, onde se vê sua efetivação. Forças instituintes fazem funcionar outros registros de atuar, de pensar, que burlam a racionalidade, a busca da verdade e a homogeneização do pensamento.

Essas forças são convocadas na pesquisa-intervenção pela desnaturalização permanente do objeto que se pretende conhecer, pela implicação do pesquisador, pelas contingências que acompanham as situações e seus efeitos – pelo acontecimento. O acontecimento

Consiste em reencontrar conexões, encontros, apoios, bloqueios, jogos de força, estratégias, etc. que, em dado momento formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade. Acontecimentalizar corresponde à desmultiplicação causal que, por sua vez, consiste em analisar o acontecimento segundo os processos múltiplos que o constituem. Constituir um poliedro de inteligibilidade, cujo número de faces não se encontra previamente definido e nunca pode ser legitimamente concluído. Decomposição interna e relações de inteligibilidade caminham juntas. (FONSECA, 2006, p. 12)

É pela via da produção de acontecimentos que essa modalidade de pesquisa pode ser captada. Não mais como construção dialética, na busca dos analisadores², como promulgam as intervenções de base socioanalítica, ou das contradições e de conflitos como motor de

mudanças. Trata-se, agora, de radicalizar a pista metodológica deixada por Nietzsche de apreender a existência justamente naquilo ela tem de mais aparente promovendo um deslocamento das contradições percebidas na realidade para a imanência e a relação com o que vem de “fora” – o que se deixa captar na exterioridade, “na pele”, e que conjuga formas estabelecidas e forças inventivas. Ao procurar captar o processo de dessubjetivação em sua dimensão de produção, processo de pesquisa e pesquisador são arrancados de qualquer estabilidade pré-suposta: seja do conhecimento instituído, seja da identidade do pesquisador. Neste movimento em que conhecimento e ação se co-produzem novas realidades, novas perguntas e novas subjetividades vão se constituindo. Afinal, pensar é inventar.

Esta dimensão da criação que se afirma na pesquisa sustentada no paradigma ético-estético. Pesquisa implicada, pesquisa-inclinação que produz desvios sobre o campo investigado, pesquisa que não dissocia objeto investigado e sujeito que investiga, sujeito da/na investigação: pesquisa-intervenção. Desvios que podem se dar na alteração da demanda, na emergência do inesperado, nos deslocamentos que podem ser produzidos nas subjetividades que participam do estudo, nos focos de invenção parciais que podem eclodir no processo, eclodir na “pele” a qualquer momento da investigação.

Não é somente uma proposta de ser um agente de mudanças e alterar os campos de pesquisa, mas inicialmente de alterar a nós mesmos. “Não temos como ponto de partida a mudança do outro, mas sim a alteração de nossas práticas e da lógica implicada na oferta de trabalho. A questão da mudança nessa perspectiva não se fez prioritariamente por conscientização do outro, mas por contágio” (ROCHA; UZIEL, 2008, p. 536). E aí é importante lembrar que, para a análise institucional, refletir acerca da oferta de trabalho é examinar, também, a demanda que a proposta de serviços/estudos feita pelo pesquisador cria na população pesquisada. Por isso, a elaboração de uma oferta de intervenção inclui o debate não só das demandas já existentes no local, mas também o que nossas especialidades estão produzindo no encontro com a solicitação/solicitantes. Dar visibilidade a essas relações é repensar a própria pesquisa, a equipe de pesquisadores e seu campo de estudo, transversalizando conjunturas históricas, macro e micropolíticas e sociais, através da participação ativa da comunidade e também do questionamento do que temos a oferecer como produtores de conhecimento. E que contágio é esse? No nosso entender, o contágio da própria vida, entendida como potência, positividade indeterminada, que é em si invenção, ao mesmo tempo em que coexistem fechamentos e reproduções. A vida, como a pesquisa, pode ser concebida como um rizoma como afirmam Deleuze e Guattari (1995), composta por direções flutuantes que não remetem a uma unidade e nem a certezas.

Sobre encontros e afecções: a cartografia entre as estratégias da pesquisa-intervenção

“Qual é, então, o caminho que escolhe um pesquisador quando seu olhar está comprometido com o invisível, com o ínfimo por onde toda exuberância da vida exala?” (BENEVIDES DE BARROS, 2003, s/p) – pergunta presente na apresentação da obra *Cartografias e Devires* (FONSECA; KIRST, 2003). Em trabalhos anteriores (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS, 2000; ROCHA; AGUIAR, 2003; PAULON, 2005; ROMAGNOLI, no prelo) vimos defendendo a idéia de que a construção de um caminho (*methodo*) do conhecimento de quem queira acompanhar processos que são da ordem do invisível e do plano das sensações precisa ser inventada, cuidadosamente delineada, singularmente desenhada a cada passo. Nesse sentido, acreditamos que a cartografia emerge como valiosa, embora não seja a única estratégia metodológica para os processos de pesquisa-intervenção.

Cabe, entretanto, ressaltar que não é a técnica ou o enquadre do campo que define o caráter de pesquisa-intervenção. Senão a posição que o pesquisador ocupa nos jogos de poder, fundamentalmente sua implicação com a instituição do saber científico, e sua abertura para criar zonas de indagações, de desestabilização que possam favorecer ao coletivo aflorar. Coletivo entendido, nesse contexto, como um plano de co-engendramento em que as dicotomias do indivíduo e da sociedade não têm lugar, como apontam Escóssia e Kastrup (2005). Plano povoado de relações e processos moleculares, que trazem o intensivo, agenciando forças potentes, que afetam e produzem efeitos, e dão passagem a intercessores criados nesses encontros, que conduzem à invenção, a outros modos de expressão. Assim, interessa, aqui, que intercessores se constituam como tais e que agenciamentos se façam. Nas colocações já citadas de Lourau (1983), importa a disposição do pesquisador para se deslocar do lugar de especialista e incluir-se na análise dos jogos de saber-poder que compõem o campo e a realidade observada. Interessa, voltando às palavras do autor: o quanto queremos ser científicos!

Concordamos com Kastrup (2008) ao afirmar que o método cartográfico é um método geográfico e transversal. A idéia de uma pesquisa-intervenção associada a uma cartografia traz consigo a noção de território como algo movente, permanente tornar-se e desfazer-se pontuado por Haesbaert (2006). Esse deslocamento assíduo entre territorializar, desterritorializar e reterritorializar não se coloca em oposição binária ou em uma lógica contraditória, mas são modos contínuos de se estabelecer, de funcionar. É preciso salientar que a desterritorialização não é o ponto de chegada, mas faz parte de um processo de criação de novos territórios. Nesse sentido, o transversal corresponde ao atravessamento de linhas, forças, vetores, que desestabilizam determinado território e podem derivar

em agenciamentos coletivos. Novos desvios, inclinações outras, como sugerido na concepção do Plano da Clínica de Passos e Benevides de Barros (2003):

O caráter híbrido das estratégias de intervenção está exatamente no ponto onde a solução de problemas convoca seu rearranjo, a invenção de um novo território onde tal problema será necessariamente outro. A solução de um problema se confunde com a criação de um outro problema. É por isso que podemos dizer que na clínica importa muito mais a criação de novas entradas do que a 'descoberta' de saídas. (p.85)

Partindo do raciocínio de Deleuze e Guattari (1995), a cartografia tem como aposta a construção de intercessores, a busca de interferências e agenciamentos. Vale lembrar que essa busca se faz em torno de movimentos, de processos complexos e situações cotidianas. Nesse contexto, esforça-se por desestabilizar as fronteiras entre pesquisador e campo, para que nessa passagem possam emergir focos de invenção, de alteridade. Para tal algumas posturas são necessárias no encontro com o objeto de estudo. É preciso estar atento às circunstâncias que compõem determinada formação, além de rastrear quais forças de reprodução/invenção estão enredadas e quais efeitos estão se dando naquele arranjo. Ou seja, devemos colocar em análise o funcionamento, os diferentes vetores que se apresentam na situação de intervenção, perseguindo seus efeitos tanto nos participantes, quanto no campo de pesquisa e em seus destinos. Nessa cartografia, o pesquisador comparece, ele mesmo, como intercessor, vetor de passagem de um território ao outro, complexificando o campo através de processos de desterritorialização.

Como “[...] procedimento das emergências, do acompanhamento de pontos de insurgência dos devires no estrato histórico” (BENEVIDES DE BARROS, 2003) a cartografia consiste numa aposta ético-política na construção de percursos de pesquisa. Vislumbram-se aí algumas das nuances diferenciais desses dois conceitos tão caros ao pesquisador implicado, que acreditamos valer a pena destacar. Ao afirmar que nem toda pesquisa-intervenção precisa lançar mão do procedimento cartográfico não estamos confirmando uma constante imprecisão que temos visto associada a esses termos, que os confunde com “ir fazendo o que der”, quase como defesa de um anti-método, como se todo caminho traçado impusesse algum tipo de objetificação *a priori*.

Vários são os pontos comuns e mesmo complementares entre os dois conceitos de pesquisa, o que não os torna sinônimos e, por isso, propomos uma rápida diferenciação.

A pesquisa-intervenção como uma das modalidades das pesquisas participantes pode lançar mão de diferentes procedimentos e técnicas de pesquisa, entre elas, inclusive, levantamentos epidemiológicos, sistematização de inventários ou técnicas de quantificação. Por que não? Associados ao curso da pesquisa, de acordo com as análises coletivas, em busca dos conflitos que emergem dialeticamente nos analisadores, mais um dos dispositivos que problematizam, transversalizam o campo da análise.

Já a cartografia, como proposta por Deleuze e Guattari (1995), é um método para aproximação da subjetividade entendida em sua dimensão processual que é, sempre, nesta concepção diferenciada da noção de sujeito, produto e também processo de produção. "Encontramos aí a primeira pista para a prática do método da cartografia: cartografar é acompanhar um processo, e não representar um objeto.", afirma Kastrup (2008, p. 469). Como um dos princípios de funcionamento do rizoma, para Deleuze e Guattari (1995), a cartografia é um mapa aberto que se vai desenhando pelas conexões que o campo de pesquisa ofertar, não se esquecendo jamais que nele se incluem as implicações do próprio pesquisador, ou seja, seus desejos, perguntas, curiosidades, verdades...

Não podemos, pois, dizer que todo método antecipa o caminho a trilhar, mas podemos dizer que todo caminho traçado *a priori* impõe, sim, um olhar objetificante, porque ao tentar antecipar alguma ação/conclusão reduz a sensibilidade do olho do pesquisador, impede-o de captar aquilo que se apresenta como inusitado. Com isto estamos afirmando que o que não pode faltar nem à modalidade de pesquisa-intervenção, nem ao método cartográfico aqui discutidos é o compromisso ético-estético com a vida – paradigma da esquizoanálise – e o exercício de análise de implicação do pesquisador – ferramenta da análise institucional.

E aí vale o alerta de Benevides de Barros na mesma obra acima citada (2003):

Que não se confunda, entretanto, este procedimento de risco com falta de rigor ou relativismo daquele que conhece como muitos querem fazer crer. Arriscar-se em caminhos desconhecidos como são aqueles dos processos de invenção exige alianças coletivamente construídas, exige o rigor ético-político de afirmar as diferenças, exige a escolha de critérios que permitam a construção de um presente para todos. (s/p)

São experimentações como estas que nos permitem pensar que na metodologia cartográfica:

- A interpretação converte-se em auto-análise;
- As variáveis intervenientes tornam-se dispositivos-analisadores;

- O conhecimento técnico só tem lugar quando, desconfigurado de qualquer especialismo, transmuta-se em alavanca para a auto-gestão.

E é porque apostamos no caráter intervencionista da ciência, mais do que na sapiência matemática dos estudiosos das teclas de piano, que convidamos a compor nossa própria provocação científica esses notáveis "implicantes" da ciência positivista: Dostoiévski, Nietzsche e René Lourau. E voltamos ao romancista, para quem deixamos as palavras finais:

Que sabe a razão? Somente aquilo que teve tempo de conhecer (algo provavelmente nunca chegará a saber; embora isso não constitua consolo, por que não expressá-lo?), enquanto a natureza humana age em sua totalidade, com tudo que nela existe de consciente e inconsciente, e, embora minta, continua vivendo. (DOSTOIÉVSKI, 1864/2000, p. 41)

Àqueles pesquisadores que ousarem descer aos subsolos em busca de uma ciência mais viva, fica o convite.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES DE BARROS, R. D. Apresentação. In: FONSECA, T. M.G.; KIRST, P. G. (Orgs). **Cartografias e devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BENEVIDES DE BARROS, R. D.; PASSOS, E. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, v. 16, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-7722000000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 abr. 2006.

CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: rizoma. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, v. 1, cap. 1, p. 11-37.

_____. 1933 – Micropolítica e segmentaridade. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, v. 3, cap. 9, p. 83-115.

DOSTOIÉVSKI, F. **Memórias do subsolo**. Tradução Boris Schnaiderman. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ESCÓSSIA, L. da; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 jul. 2009.

FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (Orgs). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FONSECA, T. M. G. et al. Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set/dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300022&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2007.

GIACIOIA Jr., O. **Nietzsche como psicólogo**. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAESBAERT, R. Território e desterritorialização em Deleuze e Guattari, In:_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 99-141.

KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 465-489.

LOURAU, R.. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MARTON, Scarlett. **Friedrich Nietzsche**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

NIETZSCHE, F. **Obras incompletas**. (Coleção Os Pensadores). 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Livro do filósofo**. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. (1887). **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. (1882) **A gaia ciência**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

PASSOS, E.; BENEVIDES DE BARROS, R. D. Complexidade, transdisciplinaridade e produção de subjetividade. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. (Orgs). **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 81-89.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n.3, p. 16-23, set./dez.2005.

ROCHA, M. L. Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa intervenção em movimento. **PSICO**, v. 37, n.2, p. 169-174, mai./ago. 2006.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003.

ROCHA, M. L.; UZIEL, A. P. Pesquisa-intervenção e novas análises no encontro da Psicologia com as instituições de formação. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, Vera Lopes (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na**

infância e juventude. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 532-556.

RODRIGUES, H.B.C. À beira da brecha: uma história da Análise Institucional francesa nos anos 60. In: AMARANTE, P. (Org.).

Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 195-256.

ROMAGNOLI, R. C. A resistência como invenção: por uma clínica menor. **Vivência**, Natal, n. 32, p. 97-107, 2007.

_____. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia e Sociedade** (No prelo).

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares. In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares em pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 23-38.

Endereço para correspondência

Simone Mainieri Paulon

Mestrado em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Ramiro Barcelos, 2600, CEP 90035-003, Porto Alegre – RS, Brasil

Endereço eletrônico: simone.paulon@ufrgs.br

Roberta Carvalho Romagnoli

Programa de Pós Graduação em Psicologia em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Av. Itaú, 525, Edifício Redentoristas, 1º subsolo, Bairro Dom Cabral, CEP 30535-012, Belo Horizonte - MG, Brasil

Endereço eletrônico: robertaroma@uaivip.com.br

Recebido em: 11/07/2009

Aceito para publicação em: 10/08/2009

Acompanhamento do processo editorial: Deise Mancebo e Marisa Lopes da Rocha

Notas:

*Psicóloga, Mestre em Educação pela UFRGS, Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP.

**Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pela UFMG, Doutora em Psicologia pela PUC-SP.

¹ As justificativas que o filósofo Nietzsche apresenta para inspirar todo seu projeto de uma “Grande Psicologia” em Dostoiévski como “único psicólogo do qual teve algo a aprender” encontram-se detalhadamente analisadas em “Nietzsche como Psicólogo” de Giacoia Jr., 2001.

² Vale lembrar que, para a análise institucional francesa o analisador é um dos conceitos-ferramenta mais importantes para afirmar a indissociabilidade existente entre a análise e a intervenção. Ao afirmar, como Guattari faz no clássico *Revolução Molecular* (1981), que a transferência e a interpretação não atributos exclusivos de uma só pessoa ou grupo, mas produções coletivas que têm uma dimensão institucional, o saber-poder do analista é questionado como todo contrato baseado na verticalidade de uma relação dual. Daí a importância do analisador para “(...) limar a escuta de todo e qualquer preconceito psicológico, sociológico, pedagógico ou mesmo terapêutico” (GUATTARI, 1981, p.95). Ou como definido por Rodrigues (2000, p.240): “Por acontecimento analisador (ou analisador

histórico), os institucionalistas indicam um movimento social que vem a nosso encontro inesperadamente, condensando uma série de forças até então dispersas e realizando por si mesmo a análise, à maneira de um catalisador químico de substâncias."